

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 536.174 - SP (2019/0290827-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : AROLDO MEDEIROS TAVARES DE ALMEIDA
ADVOGADO : OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA - SP183188
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por AROLDO MEDEIROS TAVARES DE ALMEIDA contra decisão de minha lavra na qual indeferi liminarmente o *habeas corpus* pela incidência do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal (fls. 407/409).

Em suas razões, o embargante alega que há omissão no julgado, pois não houve debate acerca das ilegalidades apontadas, aduzindo que "*o habeas corpus citado às fls. 396/398 foi impetrado pelo antigo defensor do paciente e lá está suscitando injustamente o reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva estatal, intercorrente, situação totalmente diversa dos motivos e fundamentos aqui apontados nesta Colenda Corte Superior*" (fl. 413), motivo pelo qual defende que o presente *mandamus* nada tem a ver com o originário, não se podendo alegar a ocorrência de supressão.

Requer, desse modo, o acolhimento dos presentes aclaratórios para que, deferida a liminar, sejam sobrestados os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal de origem na apelação e, no mérito, concedida a ordem com a expedição de contramandado de prisão.

É o relatório. Decido.

De início, cumpre ressaltar que a impetração se insurge contra indeferimento de liminar no *mandamus* originário impetrado perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, portanto, correta a incidência do enunciado da Súmula n. 691/STF.

É de se ressaltar que o referido enunciado sumular somente pode ser superado em hipóteses de flagrante constrangimento ilegal, o que não se verifica nos presentes autos.

Ademais, o HC n. 2183821-12.2019.8.26.0000, impetrado na origem, em

Superior Tribunal de Justiça

consulta à página eletrônica do Tribunal estadual, teve seu mérito julgado em 3/10/2019 e a ordem foi denegada. Dessa forma, o presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado.

Embora o embargante assevere que a impetração originária não ataca os fundamentos do *habeas corpus* aqui impetrado, a competência deste STJ, segundo a previsão do art. 105, inc. II, da Carta da República é para o julgamento dos "*habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória".

Assim, não há como conhecer da presente impetração, pois impetrada em face de decisão denegatória de pedido liminar, e, ocorrendo o julgamento do mérito na Corte de origem, incumbe à defesa impugnar, portanto, em novo *mandamus*, os fundamentos apresentados no acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

Nesse sentido, é a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO JULGADO PELA INSTÂNCIA LOCAL. PREJUDICADO O SEGUIMENTO DESTE WRIT. NOVO ATO COATOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. [...]

3. Ademais, a superveniência do julgamento do *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem prejudica o writ aqui manejado, no qual se impugnava a decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 511.891/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 14/06/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECURSO INCABÍVEL. SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. DECISÃO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO DE MÉRITO DA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. PERDA DO OBJETO DA IMPETRAÇÃO. AGRAVO PREJUDICADO.

1. Uníssono o entendimento desta Corte Superior de que não é passível de agravo regimental a decisão do relator que indefere de forma

Superior Tribunal de Justiça

fundamentada o pedido de liminar. Precedentes. 2. Diante de fundamentada decisão que indefere a liminar na impetração originária, não há que se falar em flagrante ilegalidade a ensejar a superação do enunciado n. 691 da Supremo Tribunal Federal - STF.

3. Os fundamentos da impetração encontram-se superados em razão da superveniência do julgamento de mérito do writ originário pelo Tribunal a quo. Dessa forma, habeas corpus encontra-se prejudicado, uma vez que ataca as razões utilizadas para indeferir a liminar, estando prejudicado também o presente agravo.

4. Agravo regimental prejudicado. (AgRg no HC 486.960/SP, minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO NA ORIGEM. PREJUDICIALIDADE DA IMPETRAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. Na ausência de argumento apto a afastar as razões consideradas na decisão agravada - que aplicou o enunciado n.º 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, por tratar-se de impetração contra provimento indeferitório de liminar na instância de origem -, o decisum deve ser mantido por seus próprios fundamentos.

2. Com a superveniência do julgamento colegiado do mérito do writ na origem, fica prejudicada a impetração contra a anterior decisão do Desembargador Relator que indeferiu pedido liminar.

3. Agravo regimental prejudicado. (AgRg no HC 465.361/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 29/10/2018)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator